

# A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES INTERSETORIAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS (SCZV)<sup>1</sup>

A IMPORTÂNCIA DE  
AÇÕES INTERSETORIAIS  
COMO ESTRATÉGIA  
PARA A PROMOÇÃO  
DA ESCOLARIZAÇÃO  
DE CRIANÇAS COM A  
SÍNDROME CONGÊNITA  
DO ZIKA VÍRUS (SCZV)

*Marcia Denise Pletsch<sup>2</sup>*

*Patricia Cardoso Macedo do Amaral Araujo*

*Maira Gomes de Souza*

## Resumo:

Este artigo apresenta resultados de uma investigação qualitativa sobre a escolarização de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). A pesquisa qualitativa foi realizada durante um Programa de Formação Continuada para profissionais da educação de uma rede municipal de educação da Baixada Fluminense/RJ. Como procedimentos de coleta de dados, aplicamos questionários e entrevistas semiestruturados. Além disso, usamos registros realizados pelos participantes numa plataforma digital utilizada durante o Programa, bem como portfólios contendo a trajetória formativa de cada um dos cerca de 50 participantes. Os resultados, analisados à luz da perspectiva histórico-cultural, evidenciaram a importância do Programa para a

<sup>1</sup> Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro* (FAPERJ) (Edital Jovem Cientista do Nosso Estado e Edital Grupos Emergentes Processo E-26/010.002186/2019). O projeto foi registrado no comitê de ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sob o Processo nº 23083.031153/2019-40.

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

qualificação dos participantes, bem como a centralidade da colaboração dos professores da classe comum com os suportes especializados oferecidos na rede de ensino para os alunos com SCZV. Também mostram a necessidade de ações intersetoriais para atender às demandas educacionais, sociais e de saúde das crianças com SCZV para o seu desenvolvimento integral.

**Palavras-chave:** síndrome congênita do zika vírus; programa de formação continuada; ações intersetoriais

## THE IMPORTANCE OF INTERSECTORAL ACTIONS AS A STRATEGY TO PROMOTE SCHOOLING FOR CHILDREN WITH CONGENITAL ZIKA VIRUS SYNDROME (CZVS)

---

### Abstract

This article presents results of a qualitative investigation about the schooling of children with Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS). The qualitative research was carried out during a continuing education program for education professionals in a municipal education system in Baixada Fluminense/RJ. As data collection procedures, we applied questionnaires and semi-structured interviews. Besides that, we have used records which have been performed by participants on a digital platform used during the program, just as portfolios containing the formative trajectory of each one of the approximately 50 participants. The results, analyzed in the light of the historical-cultural perspective, showed, among other aspects, the importance of the program for the participants qualification and the collaborative work between common class teachers and the specialized supports offered in the education system for students with SCZV. They also show the need for intersectoral actions to meet the educational, social and health demands of children with SCZV for their integral development.

**Keywords:** Congenital Zika Virus Syndrome; continuing education program; intersectoral actions.

Acho que o esforço de todos foi muito intenso, foi grande.  
A gente via o empenho da turma toda, e o que eu apreciei  
foi essa chance, da gente estar envolvido com alguma coisa  
produtiva.

*O legal que a gente olha para trás e vê assim, 2020 existiu, né?  
Toda vez que a gente abria a sala de aula a gente lembrava  
disso, porque o mundo todo parou<sup>3</sup>.*

As pessoas constituem-se em uma determinada sociedade,  
sendo que, nessa constituição, aspectos da própria  
sociedade tornam-se parte delas. Elas estão/são/fazem-se  
inseridas na multiplicidade de possibilidades socialmente  
existentes e participam delas, na sua “esfera particular”, na  
sua especificidade. Essa participação é, ao mesmo tempo,  
específica, singular, pois diz respeito a uma determinada  
pessoa, e, também, social, coletiva. É na coletividade, nas  
práticas socialmente partilhadas, que a especificidade é  
constituída (KASSAR, 1999, p. 101).

Desde 2012, o Observatório de Educação Especial e  
Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ)<sup>4</sup> tem desenvolvido  
projetos de pesquisa sobre deficiência múltipla, focando  
principalmente aspectos conceituais, pedagógicos e de suporte  
educacional. A partir dos resultados destas investigações, em  
2018, iniciou uma investigação sobre a chegada de crianças  
com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (PLETSCH, 2018;  
2019) em escolas públicas da Baixada Fluminense.

No Brasil, as primeiras ocorrências da SCZV foram  
entre 2015 e 2016, quando centenas de crianças nasceram  
com esta síndrome após suas mães serem infectadas pelo zika  
vírus. Este vírus é transmitido pelo mosquito *aedes aegypti* que  
é um agente que espalha inúmeras doenças como dengue e  
chikungunya. Esse acometimento nas gestantes causou, entre

<sup>3</sup> Fala de uma professora da Educação Básica fazendo referência à pandemia mundial pelo Coronavírus e a sua participação do Programa de Formação Continuada, em 29 de outubro de 2020.

<sup>4</sup> O grupo de pesquisa é vinculado ao Centro de Inovação Tecnológica e Educação Inclusiva (CITEI) do Instituto Multidisciplinar do Campus da UFRRJ de Nova Iguaçu. Disponível em: <http://obee.ufrj.br>

outras alterações de desenvolvimento, a microcefalia nos bebês (DINIZ, 2016; MCNEIL, 2016; FLEISCHER; LIMA, 2020; PLETSCH E MENDES, 2020).

Em artigo recente mencionamos os estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) que mostram que as crianças infectadas pelo zika vírus podem, também, ter o sistema nervoso central afetado, apresentando epilepsia, deficiência auditiva e visual, prejuízo no desenvolvimento psicomotor, bem como efeitos negativos sobre ossos e articulações (PLETSCH E MENDES, 2020). Um dos principais comprometimentos que tem sido identificado é relacionado ao desenvolvimento da linguagem (NIELSEN-SAINES, ET AL, 2019). Uma reportagem publicada na Revista FAPESP, ao citar pesquisadores da Fiocruz (2020), indica que uma parte das crianças afetadas pelo zika vírus nasceu com microcefalia e, em decorrência disso, apresentam deficiência múltipla. Em geral, a microcefalia provocada pelo SCZV leva a um quadro de combinação de deficiências primárias (deficiência intelectual, visual e/ou motora) com desdobramentos que impactam diretamente na autonomia, comunicação em demandas no desenvolvimento dessas crianças.

Os estudos do ObEE vêm defendendo que a deficiência múltipla é a associação de duas ou mais deficiências primárias – podendo ser física/motora; sensorial ou intelectual – num mesmo sujeito, afetando em maior ou menor intensidade o seu desenvolvimento (ROCHA; PLETSCH, 2015; 2018). Assim, consideramos que os quadros das crianças com microcefalia em decorrência da SCZV são casos de deficiência múltipla.

Cabe mencionar que na literatura internacional existem diferentes definições sobre a deficiência múltipla, indicando falta de consenso em determinar as características deste tipo de deficiência (TEIXEIRA; NAGLIATE, 2009; ROCHA, 2014). Apesar das discussões em relação às inúmeras interpretações sobre a deficiência múltipla, acreditamos que é possível encontrar proficuidade de ideias e possibilitar progressos,

pois “o conhecimento científico vai sendo construído no movimento da sociedade, buscando (ou não) soluções para diversos problemas, respondendo a diferentes interesses” (KASSAR, 1999, p. 16). Assim, as demandas que agora surgem pelas necessidades apresentadas por estas crianças com SCZV, nos confirmam que é por meio dessa construção de conhecimento que iremos avançar para a garantia de direitos e para a promoção do desenvolvimento e participação não apenas nos ambientes escolares, mas na sociedade.

Tendo em vista as especificidades de desenvolvimento que uma criança com deficiência múltipla em decorrência da SCZV possa ter, oportunidades educacionais devem ser propiciadas o mais cedo possível e contemplar experiências que favoreçam o seu desenvolvimento integral como mostra a pesquisa de Sá *et al* (2019). Nesse sentido, a investigação de Rocha (2014) que acompanhou alunos com deficiência múltipla mostrou as potencialidades de desenvolvimento desses, sobretudo com comprometimentos mais severos, desde que tenham a sua disposição recursos e suportes que beneficiem os processos de ensino e aprendizagem.

Em 2018, Rocha analisou a escolarização de alunos também com múltiplas deficiências, mas desta vez em classes especiais e no ensino comum com o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os dados deste estudo evidenciaram a proficiência das interações no ensino comum, sendo imprescindível a garantia de recursos pertinentes às necessidades educacionais dos alunos como, por exemplo, materiais específicos como de tecnologias assistivas tanto para a prática pedagógica quanto para segurança, conforto e acessibilidade nos ambientes escolares. Entretanto, a pesquisa mostrou que não basta a presença de recursos no ambiente escolar: os materiais devem ser utilizados com base em ações planejadas e os recursos humanos precisam trabalhar de forma qualitativa e colaborativa. As fragilidades na formação de recursos humanos, em especial de professores sobre as demandas educacionais desses alunos ficaram fortemente

evidenciadas na pesquisa de Rocha (2018) e também em investigação mais ampla desenvolvida pelos pesquisadores do ObEE (PLETSCH, 2015).

Considerando estes resultados e as especificidades apresentadas por crianças com a SCZV, desenvolvemos um Programa Piloto de Formação Continuada para profissionais de educação de uma rede Municipal de Ensino da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, para aproximadamente 50 participantes: professores de turmas comuns da Educação Infantil, professores de AEE, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e agentes de apoio à inclusão<sup>5</sup> da área da saúde e da educação. O Programa iniciou em formato presencial e, em decorrência da pandemia mundial provocada pelo novo “coronavírus” (SARS-CoV-2), declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, passou a ser desenvolvido em formato *online* com atividades síncronas via plataforma *Zoom* e assíncronas via plataforma digital *online do Facebook*, no período de fevereiro de 2020 a outubro de 2020. Foram um total de 120 horas de atividades síncronas e assíncronas, registradas na Pró-reitora de Extensão da UFRRJ para fins de certificação dos participantes.

Importante mencionar que o Programa de Formação Continuada integra uma das fases do projeto multidisciplinar que articula pesquisadores de diferentes instituições (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP; e Instituto Fernandes Figueira - IFF) para desenvolver estudos e ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com SCZV na Baixada Fluminense (PLETSCH, 2018; 2019).

<sup>5</sup> Essa é a nomenclatura utilizada pela Rede de Ensino em questão para os profissionais que atuam como suporte humano e mediador nos processos de ensino nas turmas comuns, auxiliando também nas necessidades de autonomia e nos cuidados essenciais de alunos que apresentem esse tipo de demanda.

O Programa de Formação Continuada foi estruturado de forma colaborativa com a equipe gestora da Rede participante tomando como base as demandas apresentadas pelas equipes escolares que receberam em suas turmas de Educação Infantil, nos anos de 2019 e 2020, crianças com a SCZV em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 (DCNEI) - Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) e Propostas Curriculares de Educação Infantil da rede de ensino pesquisada (2012). A seguir, sistematizamos os temas abordados durante as atividades com os participantes do Programa de Formação Continuada:

**Fluxograma 1. Temas abordados no Programa de Formação Continuada**



**Fonte:** Elaborado pela equipe ObEE (2019)

Para sistematizar/estruturar os dados foram empregados diferentes procedimentos: questionários presenciais e *online*, entrevistas semiestruturadas *online*, registros na plataforma digital *online do Facebook* e portfólios com os registros dos participantes sobre o seu próprio processo formativo. Para a análise desse conjunto de informações optamos pela organização de eixos temáticos focando, neste artigo, a colaboração e a intersetorialidade como ações necessárias para garantir o direito de aprender destas crianças.

A discussão dos dados está ancorada na perspectiva histórico-cultural de Vigotski (1997; 2000), que defende a ideia de que as “condições sócio-histórico-culturais e políticas são fonte/meio de desenvolvimento que se constrói no trabalho coletivo, o que viabiliza a organização da atividade psíquica” (SOUZA; DAINEZ, 2020, p. 5). Em outros termos, compreendemos que a ação colaborativa entre os diferentes participantes do Programa de Formação Continuada foi decisiva para construir indicadores sobre as possibilidades para a escolarização de crianças com SCZV, a partir de estratégias orquestradas pela escola.

### **DIREITO DE APRENDER: AÇÕES INTERSETORIAIS NECESSÁRIAS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM SCZV**

Apesar de ser um assunto contemporâneo e urgente, os processos educacionais e de desenvolvimento de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) ainda foram pouco explorados no campo da Educação e o maior número de pesquisas encontradas vêm sendo realizadas na área da saúde. Sá *et al* (2019) alertam “suas necessidades ultrapassam as respostas oferecidas pelo sistema de saúde. Necessitam de ações intersetoriais, de políticas compensatórias inclusivas que enfrentem processos de vulnerabilidade” (p. 2). Defendemos que o entrelaçamento desses dois grandes campos do conhecimento pode ser capaz de proporcionar resultados relevantes e indispensáveis para a escolarização desse público.

Ainda que encarado como um “novo” grupo, as crianças acometidas pela SCZV são essencialmente e *apenas* crianças. As Diretrizes Nacionais de Educação Infantil em seu Artigo 4º, já definiam criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Portanto, as crianças com SCZV devem legitimamente desfrutar do direito a aprender, como garantia daquilo que permite a cada sujeito a experimentação progressiva de sua liberdade, o desdobramento das suas potências amparado no respeito de suas singularidades e vistas a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, tendo a inclusão escolar como base de uma educação democrática, desenvolvida com e na diversidade cultural e a pluralidade cognitiva (PLETSCH, 2020). Nesse ínterim, é que a Educação Infantil se apresenta, para além do olhar que cuida, mas sim do cenário que também ensina e, ensina a partir de práticas pedagógicas com formação técnica e de qualidade (ARAUJO, 2020)<sup>6</sup>.

Visando atender essas demandas, nossa pesquisa lançou mão da colaboração e da intersetorialidade como pressupostos metodológicos, também tomando-as como ações necessárias para o trabalho com crianças com SCZV, sobretudo, na educação e saúde. Dessa maneira, todo o desenvolvimento do Programa foi conduzido tomando como base premissas como a escuta, a observação, a análise e a proposição por meio da participação ativa de todos os envolvidos. A colaboração entre profissionais da classe comum e especializados para efetivar propostas educativas mais inclusivas está presente na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial, pela Resolução nº 4 de 2009 (BRASIL, 2009b).

<sup>6</sup> Tese de Patrícia Cardoso Macedo do Amaral Araujo a ser defendida no primeiro semestre de 2021, com financiamento e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A colaboração enquanto premissa metodológica e pedagógica também tem sido destaque na literatura nacional e internacional (COOK; FRIEND, 1995; BEYER, 2006; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011; CUNHA; SIEBERT, 2009; MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014; BRAUN E MARIM, 2016). A pesquisa de Macedo (2016) apresenta também a proposta do ensino colaborativo na sala de aula comum como:

[...] uma estratégia para favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes e dos professores, além de potencializar a qualidade da inclusão escolar. Chamamos por trabalho docente articulado aquele realizado pelo professor do ensino comum em conjunto com o professor da Educação Especial ou com o apoio de um mediador (estagiário, bolsista, estudante de Pedagogia ou professor formado com experiência no atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais) (p.45).

A ação colaborativa entre os profissionais envolvidos no processo de escolarização de pessoas com deficiências indica a criação de “[...] opções para aprender e prover apoio a todos os alunos na sala de aula do ensino regular, considerando importante a atuação de dois ou mais profissionais dando instruções em um mesmo espaço físico” (MACEDO, 2016, p.46). Os professores estão se apropriando gradativamente dessas novas práticas presentes na literatura e legislação específicas. Contudo, quando falamos da escolarização de crianças com SCZV compreendemos que os atos pedagógicos carecem de maior articulação desses profissionais com outros atores educacionais, da saúde e assistência social.

Nossa pesquisa, evidenciou que essa articulação é de suma importância, sobretudo por fortalecer as redes de apoio necessárias para garantir o atendimento integral das especificidades destas crianças na Educação Infantil. Os dados revelaram que, o suporte articulado de profissionais como, por exemplo, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas

ocupacionais com os profissionais da educação é fundamental nesta etapa. A pesquisa de Sá *et al* (2019) já havia sinalizado para essa direção. Vejamos:

Destaca-se que saúde e educação não podem ser dissociadas, caminham juntas e se articulam enquanto práticas sociais para favorecer a qualidade de vida e inclusão social, no entanto é preciso investir em processos permanentes de pactuação, negociação e, por que não dizer, formação permanente (p.9).

Sobre essa indispensável articulação entre os setores, temos a narração da Gestora Flora (nome fictício):

(...) a partir da chegada de uma criança com SCZV em uma das nossas escolas é que vimos a importância de buscar essas crianças que até este momento estavam somente nas notificações da saúde e da assistência social (...) foi em parceria com a saúde e a assistência social, nesse trabalho intersetorial, que nós fomos buscar essas famílias para trazer essas crianças para escola (Em entrevista, 29 de outubro de 2020).

A fala da gestora revela a importância da articulação com a assistência social e a saúde junto as famílias de crianças com SCZV para matriculá-las na escola de Educação Infantil. A gestora também falou da importância do suporte especializado em sala de aula por meio do profissional de apoio à inclusão. Vale lembrar que muitas crianças com a SCZV apresentam além da deficiência múltipla também fragilidades de saúde, como por exemplo, a necessidade de uso de sonda gástrica para se alimentar (BRITO, 2019). Isso demanda apoios e intervenções para além da atuação docente. Ou seja, profissionais da saúde precisam apoiar a estada da criança com essa demanda na escola. Por isso, a Rede de Ensino participante da pesquisa contratou agentes de apoio à inclusão também da área de enfermagem para garantir a permanência delas na escola. Para a gestora, a chegada desse profissional pode ser vista como um ponto decisivo no atendimento à essas crianças:

Acabou que a gente concluiu 2019, com 22 crianças com a SCZV matriculadas o que não foi um processo fácil, porque a gente estava concluindo a contratação dos profissionais de apoio para garantir que esses alunos pudessem chegar na escola já com esse profissional tendo em vista as especificidades do suporte em sala de aula e tranquilizar as famílias (Entrevista, em 29 de outubro de 2020, grifo nosso).

Os dados da pesquisa desenvolvida durante o Programa de Formação Continuada sugerem, preliminarmente, que a perspectiva da intersetorialidade começou a se fazer presente nas discussões das professoras participantes e no planejamento de suas aulas. Uma de nossas hipóteses, ainda em processo de investigação, é a de que a inclusão destas crianças em turmas comuns de ensino, com os devidos suportes, favorece o seu bem estar e, conseqüentemente, melhora a sua escolarização e as suas condições de saúde. Nesse sentido, propor ações intersetoriais tomando como referência o modelo social de deficiência e a funcionalidade humana para o desenvolvimento integral das crianças que foram afetadas pela epidemia do zika vírus requer repensar o papel da escola como espaço por excelência de sua orquestração. Uma das professoras expôs sua satisfação ao dizer que:

Em cada aula eu ficava mais maravilhada. E assim, a gente descobriu que a gente não precisa de muita coisa para poder atender uma criança com suas características especiais. Eu descobri que com uma calça jeans velha, eu posso fazer um apoio para uma criança sentar e ter uma postura para poder ficar igual os outros alunos me vendo dando aula, isso eu nunca imaginei<sup>7</sup>. Porque a Criança com SCZV sentar antes de essa orientação da fisioterapeuta demanda alguém segurando-a para que ela pudesse ter uma melhor postura e acompanhar as atividades.

<sup>7</sup> A professora estava se referindo ao *Programa Juntos– Vencendo as Barreiras da Síndrome da Zika Congênita*, coordenado pela pesquisadora Mirian Ribeiro Calheiros de Sá do Instituto Fernandes Figueira da FIOCRUZ e do ObEE/UFRRJ.

Ela se sentia incomodada porque tinha alguém segurando e hoje eu sei que eu posso oferecer em parceria com a fisioterapeuta mais independência para a criança (Em entrevista, 29 de outubro de 2020).

A proposta de ações colaborativas com sistemas de suporte/apoios foi apresentada também por Rocha (2018) e Rocha e Pletsch (2018) como uma importante medida no trabalho com crianças com deficiências múltiplas não oralizadas. Nesse sentido, nossa pesquisa ao adotar como princípio a pesquisa colaborativa contribuiu para a formação continuada dos participantes, aproximou a universidade e a escola e favoreceu a reflexão necessária sobre o desenvolvimento de propostas intersetoriais. A validade do Programa e suas opções metodológicas foi mencionada por uma das participantes ao salientar o fato de todos os profissionais que lidam diretamente com a criança com SCZV terem sido contemplados, possibilitando o diálogo da equipe e a capacitação colaborativa e coletiva:

Como vocês abriram pra todos os funcionários foi importante. Todos os envolvidos com a criança com SCZV foi rico porque eu pude trocar com a agente de apoio a inclusão que trabalha com uma criança com SCZV. Pude trocar com a professora. Percepções de como a gente poderia usar aquilo para melhorar a qualidade do que a gente estava oferecendo para a criança em sala de aula. Quando a gente voltar para as atividades presenciais vamos colocar isso tudo em prática (Em entrevista, 29 de outubro de 2020).

Como podemos depreender nesta fala, a opção epistemológica e metodológica de ação colaborativa desencadeou movimentos de reflexão e melhora da prática pedagógica dos participantes do Programa de Formação Continuada como também foi destaque na fala de uma outra participante ao dizer que *“quando você faz junto com outro, então aí a importância de vocês terem aberto curso para todo*

*mundo que tivesse envolvido com a criança é diferente*” (Em entrevista, 29 de outubro de 2020).

Para concluir, podemos sistematizar os dados encontrados neste artigo a partir de duas questões centrais. A primeira diz respeito a perspectiva metodológica usada no Programa de Formação Continuada, o qual focalizou em produzir conhecimento *com* os atores participantes e não *sobre* eles e suas ações educativas. Para Ibiapina (2008) essa perspectiva calcada “em decisões e análises construídas por meio de negociações coletivas, tornam-se co-parceiros, co-usuários e co-autores de processos investigativos delineados a partir da participação ativa, consciente e deliberada” (p.26) de todos os envolvidos favorece a construção coletiva de conhecimento e de intervenções necessárias para mudar determinada realidade.

A segunda trata da importância de propostas intersetoriais, que apesar de ainda inexistentes ou precárias, na perspectiva das participantes é fundamental para o desenvolvimento integral de crianças acometidas pela SCZV. No questionário aplicado, mais de 70% dos participantes entende que é extremamente importante a atuação entre profissionais da educação e da saúde para o desenvolvimento crianças com SCZV.

Os dados aqui apresentados integram uma pesquisa maior, ainda em andamento. No entanto, já podemos afirmar que o direito de aprender de crianças com a SCZV requer respostas urgentes e intersetoriais por parte do Estado, além de investimentos na pesquisa científica que subsidiem programas de desenvolvimento integral que envolvam os profissionais que atuam com essas crianças, elas mesmas e suas famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P.C. M. do A. O começo da vida: inclusão educacional e estimulação precoce na Educação Infantil para bebês e crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). **Projeto de Qualificação de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 18-19, 18 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009b.

BEYER, H. Da integração escolar a educação inclusiva: Implicações pedagógicas. In:

BAPTISTA, C. R (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

BRAUN, P.; MARIN, M.. Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado. **Linhas (Florianópolis. Online)**, v. 17, p. 193-215, 2016.

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723817352016193>

BRITO, N. J. **Intervenção Precoce com crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: dinâmicas de regulação afetivo-semiótica construídas por profissionais de saúde**. 157f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

COOK, L.; FRIEND, M. Co-teaching: guidelines for creating effective practices. **Focus on Exceptional Children**, v. 28, n. 3, p. 1-16. 1995.

CUNHA, C. M.; SIEBERT, E. C. Bidocência: inclusão ou exclusão dos alunos com necessidades especiais? In: Congresso Nacional de Educação, 9.; Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3., 2009, Paraná. **Anais...** Paraná: PUCPR, 2009.

DINIZ, D. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. 1ª edição. 192 p. Civilização brasileira. ISBN: 978-85-200-1312-0. Rio de Janeiro, 2016.

FAPESP. Efeitos do vírus zika podem ser duradouros em crianças. In: **Revista de Pesquisa da FAPESP**. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/efeitos-do-virus-zika-podem-ser-duradouros-em-criancas/> >. Acessado em: dezembro de 2020.

IBIAPINA, I. M<sup>a</sup> L. de M. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro editora, 2008.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil-discurso e silêncio na história dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

MACEDO, P. C. **Atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais** especiais no Instituto de Aplicação da UERJ: reflexões sobre o trabalho docente articulado. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENDES, E. G.; CARLA ARIELA RIOS VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. Editora UFScar, São Carlos, 2014.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

NIELSEN-SAINES *et al.* Delayed childhood neurodevelopment and neurosensory alterations in the second year of life in a prospective cohort of ZIKV-exposed children. **Nature Medicine**, v. 25, n. 8, p. 1213-1217, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41591-019-0496-1>

PLETSCH, M. D.. Deficiência múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 12-29, jan./mar. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053142862>

PLETSCH, M. D. Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do zika vírus na Baixada Fluminense. **Projeto de Pesquisa**. Nova Iguaçu: UFFRJ, 2019.

PLETSCH, M. D.. “Os filhos do Zika Vírus chegaram na escola”: Análise dos programas educacionais desenvolvidos nas redes de ensino da Baixada Fluminense. **Projeto de Pesquisa**. Nova Iguaçu: UFFRJ, 2018.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante

a pandemia da COVID-19. In: **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015335, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>

<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15335.069>

PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, v.29, n.1, p.1-15, 2020. <http://dx.doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>

ROCHA, M. G. de S. da. **Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural**. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

ROCHA, M. G. de S. da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla**. 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

ROCHA, M. G. de S. da; PLETSCH, M. D. Deficiência múltipla: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 112- 125, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v22.n1.p.112-125>

ROCHA, M. G. de S. da; PLETSCH, M. D. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. **Revista Horizontes**, Itatiba, v. 36, n. 3, p. 99-110, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.700>

SÁ, M. R. C. et al. De toda maneira tem que andar junto: ações intersetoriais entre saúde e educação para crianças vivendo com a síndrome congênita do vírus Zika. In: **Cad. Saúde Pública**, 2019; 35(12):e00233718. DOI: 10.1590/0102-311X00233718

SOUZA, C. T. R.; MENDES, E. G. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.23, n.2, p.279-292, Abr.-Jun., 2017.

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. Educação Especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar da escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016303, p. 1-15 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16303.093>

TEIXEIRA, E.; NAGLIATE, P. de C. Deficiência Múltipla: Conceito. *In*: COSTA, M.

da P. R. da (Org.). **Múltipla Deficiência: Pesquisa& Intervenção**. Pedro & João editores, São Carlos, SP, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas volume 5**: Fundamentos da defectologia. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000.

DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302000000200002>